

## A Transformação da Cavalaria na Idade Média: de Grupo Militar para Grupo Social Dirigente

Lúcio Carlos Ferrarese (PIC-UEM)

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo discutir o processo de evolução da cavalaria na Idade Média, desde a sua origem enquanto uma força de combate até o momento de sua consolidação como parte importante da nobreza medieval. A cavalaria medieval, embora tenha sido influenciada pela tradição romana dos *equites*, tem suas bases nos guerreiros germânicos, em especial, sua tradição de armar um jovem quando se tornava adulto (DU PUY DE CLINCHAMPS, 1965, p. 20-21). De início, cavalaria e nobreza eram conceitos distintos, já que o exercício da cavalaria era apenas mais uma forma de combater durante a Alta Idade Média, enquanto a nobreza estava associada à descendência de famílias de sangue real, e que tinham posses. Entretanto, com a escalada de conflitos diante da pulverização do poder centralizado do Império Romano, a capacidade militar se tornou um fator importante para a sobrevivência e êxito das várias sociedades contidas dentro da Europa (CARDINI, 1989, p. 51). Com isso, os guerreiros que possuíam um cavalo, armas e armaduras apropriadas para o combate eram estimados como importantes combatentes para quem os tivesse como aliados, bem como a posse de tais bens denotava que eram homens de posses ou favorecidos, com treinamento militar apropriado, o que os diferenciava dos camponeses. O papel do guerreiro, então, ganhou prestígio, e aqueles que se mostraram melhores combatentes eram mais estimados pelos seus superiores, e presenteados pelas suas ações, adquirindo bens e terras que administrariam em nome de seus suseranos. Da mesma forma, à medida que os custos para se manter um cavaleiro equipado e treinado para o combate se tornavam mais elevados, tais guerreiros dependiam cada vez mais dos recursos herdados de suas famílias, tanto para manter sua posição quanto seu prestígio junto à sociedade. Bens esses que muitas vezes estavam ligados à participação cada vez mais constante nos conflitos, e às consequentes apropriações dos butins, forma de enriquecimento que se manteve durante toda a Idade Média (FLECKENSTEIN, 2006, p. 28). Toda essa diferenciação teria reflexo na forma de pensar desses homens, cujas funções se diferenciavam da dos trabalhadores e dos clérigos (FLORI, 2005, p. 13-15). Concomitante, ocorria a propagação do pensamento cristão sobre a população européia, e a Igreja Católica formulou para esses guerreiros novos códigos de conduta através dos quais eles podiam continuar sendo guerreiros e ainda chegarem ao paraíso. Dessa maneira, com uma diferenciação econômica, social e religiosa, os cavaleiros perceberam-se e foram percebidos como um grupo diferenciado, e se tornaram parte integrante da nobreza medieval, bem como dirigentes da sociedade graças aos bens conquistados e à sua função de protetores. Podemos concluir, então, que a ascensão da cavalaria, de simples guerreiros montados para nobreza, está ligada ao período conturbado iniciado logo após a crise do Império Romano, de uma militarização da sociedade, e das mudanças econômicas, sociais e religiosas que ocorreram entre os séculos V e X.

Palavras - Chave: *Miles*, Guerreiros, Cavalaria, Nobreza, Idade Média.

A cavalaria é um tema que há muito tem sido debatido. A literatura, os filmes, e muitos outros meios de entretenimento apresentam uma figura de cavaleiro que não necessariamente corresponde à realidade. De forma similar, mesmo o conhecimento da cavalaria é fragmentado, chegando até o presente através de fontes literárias, hagiografias, gestas, e muitos outros documentos históricos que, por vezes, também são imprecisos. Quem foram os cavaleiros? De que forma surgiram? Como se tornaram dirigentes de uma sociedade, a sociedade medieval tripartida?

Primeiramente demonstremos o seu contexto histórico. A Alta Idade Média (normalmente definida entre os séculos IV e X) foi uma época de lutas e mudanças. Por vezes, sua primeira fase (século IV ao VIII), é definida também como Primeira Idade Média, ou como o período do Império Romano Tardio<sup>1</sup>, cujo principal *leitmotiff*, ao menos das grandes mentes da época, é a nostalgia. Existia um ideal de retorno ao período áureo do Império romano, compartilhado por vários líderes da época, que estavam dispostos a lutar para conquistarem tal posição. Dessa forma, esse período passou por uma escalada de conflitos, diminuição e eventual extinção do poder central dos líderes de Roma, e união das culturas romana e germânica. A força militar seria, em tal época, ainda mais necessária: diante dos inúmeros povos hostis da Eurásia e do desejo do poder entre os grandes homens, a segurança era rara, e a sobrevivência era uma vitória em si. A força militar era enfim necessária, e dentro dessa força se encontraria a cavalaria.

As origens da cavalaria medieval dentro desse contexto são bastante remotas, e podemos encontrá-las principalmente entre os povos germânicos. Também conhecidos como “bárbaros” pelos romanos, os povos germânicos foram seus vizinhos, muitas vezes pacíficos, outras muitas ferozes, que ocuparam parte considerável da Europa Ocidental. Suas sociedades variavam de povo para povo, desde congregações avançadas como as dos Francos (que se tornariam aliados dos romanos, e teriam um prestígio quase igual aos destes), até os mais selvagens e pobres habitantes de florestas. No entanto, estes povos tinham algumas características comuns, referentes ao seu passado como nômades originados do norte e nordeste da Europa, e à constante necessidade de lutar para conseguir novos territórios e de defender territórios já habitados de outras tribos germânicas. Tal era a característica militar entre esses povos que, de acordo com Tácito, seu ritual de iniciação à idade adulta (possivelmente um proto-ritual de onde surgiu aquele de se armar alguém um cavaleiro) era a entrega de armas:

“Llevan a cabo todos sus asuntos públicos y privados sin depojarse de las armas. Pero tienen la costumbre de que nadie las tome antes de que la ciudad lo haya considerado apto para llevarlas. Entonces, en la misma asamblea, alguno de los jefes, o el padre o los parientes arman el jóven con el escudo y la <<framea>><sup>2</sup>: ésta es para ellos su toga, éste el principal ornato de su juventud” (TÁCITO, 1999, p. 122).

O militarismo era comum numa sociedade que ora necessitava saquear outros povos para viver (ou viver melhor), ora defendia-se de ser saqueada por outros povos. Liderados pelos seus reis, que acreditavam ter o sangue de deuses guerreiros, esses germânicos tinham uma conduta onde a força, a coragem e a lealdade ao chefe eram valores altamente requisitados e respeitados. Essas características se mantiveram mesmo com a eventual conversão ao cristianismo e com a união da civilização romana com a germânica.

A guerra, como se sabe, é uma atividade perigosa, e tais reis tentavam então obter o maior séquito de bons guerreiros possível. Com mais guerreiros em sua comitiva, esses líderes poderiam se estabelecer com maior segurança e tranquilidade sobre as regiões conquistadas, bem como mais facilmente conquistar novas terras. E, entre esses seguidores, os guerreiros que estavam melhores armados e equipados, inclusive com o cavalo, eram em sua maioria, preferidos aos simples fazendeiros equipados com *frameas* e escudos.

Existiam bons motivos para esses guerreiros serem combatentes superiores aos homens comuns armados. Embora ambos fossem homens livres e com plena capacidade civil, os mais ricos podiam adquirir melhores armaduras para se protegerem do inimigo, o que lhes concedia maiores chances de sobrevivência, bem como maior confiança em situações de risco. Desde jovens, estes guerreiros abastados também ocupavam o seu tempo com o treinamento com armas ao invés da agricultura, tornando-se adestrados para a batalha. Ademais, tinham à sua disposição os cavalos, meio de transporte que poderia levá-los ao campo de batalha sem terem de passar pelo estafante processo de marchar até o local.

A posse destes recursos - armaduras, cavalos - era também sinal de que muitos destes guerreiros eram possuidores ou herdeiros de riquezas consideráveis, e isso normalmente significava pertencerem às famílias nobres, também descendentes de divindades, e não demoraria muito aos reis, principalmente quando vitoriosos, perceberem a vantagem que os guerreiros com montaria e melhor armados tinham sobre os homens livres comuns, bem como a utilidade de tê-los como aliados ao invés de inimigos. De fato, como já dito, é característico que esses líderes tentassem se cercar com o maior número possível desses camaradas de armas: o costume de se enviar um filho de uma família nobre para ser treinado por um senhor experimentado na guerra, conhecido da cavalaria durante a Idade Média Central (séculos X ao XII), surge exatamente daí. Afinal, o líder desejava um séquito de lutadores honrados e ligados por estreitos laços de companheirismo, respeito e aprendizagem, enquanto o jovem nobre desejava aprender o ofício de armas da família para sua maior honra, e para receber o patrocínio de um *senior*, alguém já experimentado na luta e que lhe podia fornecer as necessárias armas e bens para a guerra (PRESTAGE, s.d., p. 48-49; KEEN, 2008, p. 44). Tornava-se cada vez maior o grupo do rei, e cada vez mais composto por esses combatentes dotados.

Acompanhado de tal séquito armado, motivado, unido e treinado, as chances de vitória em combate certamente melhoravam. E, com a vitória, vinha o butim, os espólios de guerra, que eram divididos pelo rei através de uma porção justa a cada um dos participantes, bem como pelos atos heróicos feitos em batalha. Por muitas vezes, eram os mais bem treinados, armados e descansados que demonstravam tais façanhas – sem contar o desejo do líder germano em manter seu grupo vinculado a ele ainda mais fortemente ao demonstrar uma liberalidade com os bens, uma *largesse*, que acabaria se tornando um dos ideais cavaleirescos no futuro (KEEN, 2008, p. 13).

Essa *largesse* acabaria por se tornar importante no cenário desses guerreiros por causa dos custosos cavalos e armamentos, símbolos da posição do guerreiro. Ademais, novas técnicas eram desenvolvidas, ou aprendidas e aperfeiçoadas de outras civilizações (como a sarracena), e isso também significava uma melhoria no armamento, nas armaduras, na busca por cavalos mais resistentes, e, no geral, uma melhoria no estilo de vida para possibilitar o foco militar desses homens. Os mais jovens, obviamente, se interessariam no patrono rico para suprir essas necessidades, especialmente se seus pais, embora capazes de portar armas por tradição, não pudessem arcar com os custos.

Entretanto, numa época onde o combate acontecia entre pequenos bandos com armaduras de couro reforçado, muitos homens livres não nobres, mesmo se relativamente pior equipados, também tinham a capacidade de se destacar na luta. Adquirindo prestígio com um golpe certo ou atos corajosos, eventualmente obtiam o patrocínio de um *senior* interessado em sua capacidade combativa. Dessa forma, muitos homens livres não nobres podiam receber maiores honras e bens, por vezes tornando-se então parte da nobreza: nessa época, essa característica era adquirida através do agir, ao invés de herdada. Essa noção permitiria, então, aos homens comuns tornarem-se nobres através das armas, e o fato de portar as armas, armaduras e cavalos distintos

desses guerreiros montados enobrecia o homem e o permitiria manter sua posição, ao conquistar butins junto ao seu rei.

Assim, lentamente, esse grupo de homens adquire maior prestígio com o tempo, os atos e as conquistas. Sua utilidade bélica é inegável e desejada, e mesmo os romanos se interessariam em recrutar cavaleiros germanos em seus exércitos oficiais, ou ao menos tê-los como aliados contra os outros invasores, normalmente também germânicos. As famílias nobres armavam e equipavam seus guerreiros com boas armas, armaduras e cavalos, e os que não eram nobres, por seus atos, poderiam ascender socialmente e adquirir esses mesmos itens. Ser um cavaleiro era ser um combatente poderoso, equipado, treinado e motivado dentro de um bando de guerra.

Essa situação permaneceria estável, até o advento do Império Franco. Surgido no final do século VIII e inspirado no antigo Império Romano, sob a liderança de um monarca forte e carismático, de extensas conquistas, e com grande quantidade de servos e vassallos, a sociedade e a cavalaria não seriam mais as mesmas. Seu líder, Carlos Magno, fora outrora um rei germânico, mas graças à suas conquistas militares, desenvolvimento de leis e políticas, extenso uso da força da cavalaria e da aliança da Igreja Católica, ele seria declarado um Imperador e sucessor do Império Romano no Ocidente. Graças a ele, até o século X a cavalaria passaria por transformações que a levaria a almejar o ideal cavaleiresco. Os motivos dessa transformação seriam: o aumento da força da suserania-vassalagem; o desenvolvimento tecnológico militar; e a cristianização da cavalaria.

A suserania-vassalagem consiste em uma relação estabelecida entre um suserano (*dominus*), um homem de posição mais alta, que concede um direito ou bem (*feodum* ou *beneficium*) para um vassallo (*vassalum*), um homem livre e muitas vezes nobre (não devendo essa interação ser confundida com a de senhor e servo, homem livre de posição mais alta para com homem preso à terra). Essa relação é bilateral: o suserano concede o *feodum* ao vassallo, tornando-o representante de sua autoridade, fornecendo os meios e ajuda necessária para a subsistência do vassallo, e criando um vínculo pessoal de lealdade; enquanto que, da parte do vassallo, este deverá cuidar do *feodum* de seu suserano, lutar junto de seu superior quando sair em guerra contra seus inimigos, e aconselhá-lo da melhor forma possível sempre que a ocasião surgir (FLORI, 2005, p. 58). Suserano e vassallo, então, são unidos através da lealdade e dos vínculos pessoais, e o cumprimento de seus deveres será objeto da honra destes homens de posses.

A origem desse conceito pode ser novamente encontrada no séquito dos reis germanos. Quando seus homens saíam à batalha, recebiam os butins das mãos de seus reis e senhores da guerra. No entanto, durante o período da Alta Idade Média, os germanos começaram a se estabelecer como agricultores, deixando de ser nômades, e esse estabelecimento ocorria numa Europa onde os bens móveis eram facilmente roubados ou eram bens perecíveis. O único bem que era realmente “eterno” e dificilmente era roubado eram as terras. Não admira, portanto, que entre os vários tipos de butins, esses *feodum*, que poderiam receber de seus reis, as terras fossem as mais desejadas e as que concedessem o maior poder e prestígio, já que tudo que as mesmas englobavam era considerado como parte do feudo, exceto quando especificado o contrário.

Durante o reinado de Carlos Magno a instituição da suserania-vassalagem foi extensamente utilizada, criando uma rede que ligava o suserano-mor, o Imperador, com seus vassallos, vavassallos e demais grados inferiores de vassalagem. A concessão de terras como *feodum* foi a mais importante, sendo as terras entregues a vários arquiduques, duques, marqueses e condes (conforme o grau de parentesco ou proximidade) para que fossem cuidadas e protegidas. A estratégia de Carlos Magno é utilitária, já que o Império Franco encontrava-se constantemente atacado, e também atacava os vários povos “bárbaros” que lhe eram vizinhos: com a partilha do Império em unidades menores para os vassallos, a administração demonstrou-se mais ágil,

enquanto o imperador podia focar-se em outros assuntos de maneira efetiva, como a defesa e ofensa militares e a elaboração de leis que se estendiam por todo o território.

De maneira geral, esses territórios eram concedidos a homens livres, leais a Carlos Magno, e que tinham capacidade militar diante dos perigos apresentados. Homens estes que eram obrigados por lei a terem armas, armaduras<sup>3</sup> e cavalos, juntamente com o treinamento necessário (FLECKENSTEIN, 2006, p. 27-28). Dentro de sua lógica combativa, portanto, era inescapável que estes guerreiros recebessem essas recompensas, de territórios onde pudessem viver desde que os protegessem, visto o sangue que derramaram em defesa de seu rei. Essa concessão preferencial também não parava apenas nos vassallos diretos de Carlos Magno: os suseranos menores também praticavam esses atos, concedendo terras a seus vassallos próximos. Num mundo em conflito, um aliado guerreiro não é apenas bem-vindo, mas uma necessidade. E, graças a eles, o Império Franco se estendeu pelo território da atual França e Alemanha, bem como concedia proteção à Itália do Papa, aliada a esse Império cristianizado.

Essa valorização da relação de suserania-vassalagem, no entanto, acabaria por ser um dos motivos posteriores da desunião do Império Franco – bem como da maior ascensão da cavalaria, que começaria a se transmutar e se associar mais fortemente à nobreza. Com a morte do Imperador, e a posterior morte de seu único sucessor, Luís I o Piedoso, o Império Franco seria dividido entre três herdeiros, netos de Carlos Magno. Nessa mesma época (século X), começavam as invasões vikings, e a necessidade de se proteger diante dos ataques fazia com que os condes, duques, barões, e outros membros da aristocracia franca se voltassem para o aumento da defesa. Isso é evidenciado pela proliferação dos castelos e pela necessidade de auto-suficiência de produção de alimentos e outros bens, fatores que, entre outros, definem o feudalismo durante a Idade Média Central. Conforme os herdeiros do Império morriam, cada vez mais seus reinos se fragmentavam, restando aos descendentes do Imperador apenas um poder simbólico. Com isso, cada vassalo se tornaria, de fato, detentor das terras que, de início, pertenciam a seu suserano e sobre as quais deviam ser apenas guardiões (embora a tradição ainda ditasse esse costume). E, para se defender, cada um desses pequenos suseranos devia ser capaz de combater para manter suas terras, *ergo* muitos desses homens eram guerreiros, hábeis com o cavalo, e usualmente de famílias com tal prestígio, muitas das quais de sangue nobre (HALPHEN, 1992, p. 139-140).

Deve-se lembrar que nem todos os vassallos eram necessariamente de origem nobre. Muitos teriam sido os guerreiros a cavalo, homens livres, mas não nobres, que receberiam honras, prestígio e *beneficium* por seus atos de bravura, por sua lealdade, por sua amizade e proximidade para com os suseranos. A nobreza era a demonstração das ações, e não algo inerente do nascimento – tal perspectiva só surgiria no futuro, quando os nobres começariam a impedir a ascensão à cavalaria dos não nobres. Por isso, com o advento dessa associação entre nobreza, detenção de terras e cavaleiros, cada vez mais o fato de ser um guerreiro montado tornava-se prestigioso, ainda mais porque muitos dos nobres deviam, por profissão, ser cavaleiros protetores de seus feudos. A nobreza se tornaria guerreira, e também se enobrecia assim a cavalaria, que começava a adquirir o status e certos deveres referentes aos que governam e protegem a sociedade.

Esta proteção não se demonstrava somente por intermédio da armadura do cavaleiro e de sua disponibilidade para a luta. Não é de estranhar que o castelo, construção defensiva que já existia desde a muito, tornou-se tão comum, e cada vez mais reforçado. Onde antes essa construção era feita de madeira, a pedra era agora utilizada. Sua construção exigia esforços e fundos consideráveis, e os condes, duques e demais lordes empenhavam-se para conseguí-los, por vezes de maneira tirânica. O castelo era, afinal, o centro militar e administrativo por excelência dessa época inóspita, e a sua existência até mesmo definiria o nascimento dos indivíduos nobres,

como pode se perceber pelos sobrenomes de famílias ligadas a regiões (como, por exemplo, os Condes de Anjou), e mesmo o nome de certos locais, como Castela, na Espanha (FLECKENSTEIN, 2006, p. 74-75).

Seria tautológico apresentar as vantagens que os castelos concedem aos defensores, especialmente se estes foram treinados para a guerra como os cavaleiros o eram<sup>7</sup>. Com a ascensão do castelo, a cavalaria adquire cada vez mais necessidade de novas técnicas e novas táticas de embate, para enfrentar esses e outros avanços bélicos. Suas armaduras tornam-se mais pesadas e protetoras<sup>4</sup>, necessitando de armeiros especializados em sua criação, os quais necessitam de materiais mais caros e técnicas especiais.

No século XI, a armadura de malha (feita de anéis de metal entrelaçados sobre a armadura de couro, ainda mais resistente) surgiria, tornando o cavaleiro já quase invulnerável às armas. Para lutar contra outros cavaleiros, a antiga lança germânica, leve o bastante para ser arremessada, não era mais suficiente frente às couraças, e quando o estribo tornou-se mais popular, as novas lanças pesadas puderam ser utilizadas nos famosos ataques de carga da cavalaria, tão conhecidos da técnica militar da época. (KEEN, 2008, p. 40).

Os cavalos tinham que ser cada vez mais fortes, treinados e de melhor linhagem, e isso exigia tempo e dinheiro para ser alcançado. Da mesma maneira, os cavaleiros tinham que ser cada vez mais fortes e treinados, e isso os associavam a “melhores linhagens”, pois os nobres (quer de linhagem, quer de honras militares) eram normalmente os mais capazes de arcar com todos esses gastos. Iniciara-se um ciclo de ascensão: para proteger uma terra necessitava-se de cavaleiros e castelos; para ser cavaleiro necessitava-se de equipamento caro, e normalmente eram as famílias nobres, antigamente ligadas ao rei por laços de sangue ou por ações, que podiam custear tal equipamento, bem como os castelos; se um descendente de cavaleiro não nobre não podia pagar seu equipamento, sujeitava-se como vassalo a alguém que podia, normalmente um nobre; e enfim, sua associação com a nobreza e com a proteção o enobrecia, ao adquirir bens e deveres.

Lentamente, assim os nobres foram se tornando cavaleiros, para defenderem seus territórios; enquanto que os cavaleiros, por serem defensores e ligados aos nobres, adquiriam direitos e deveres por sua nova posição. Um espírito de grupo, seja por treinarem juntos, seja por laços de fidelidade, seja ainda por apresentarem técnicas semelhantes e histórias parecidas, surgia entre esses homens, que reconheciam os cavaleiros, os *bellatores*, diferentemente dos servos, do povo, os *rustici* (que mais tarde seriam identificados, de forma geral, com a classe dos *laboratores* na sociedade tripartida). Aqueles protegeriam as terras de outros *bellatores*, dos inimigos, e estes então os alimentariam por sua proteção. E, tanto na defesa quanto no ataque, os antigos códigos de honra dos guerreiros germanos se mantinham: fidelidade ao líder, coragem, força, tenacidade, lealdade, honra, sagacidade, liberalidade com os ganhos, e várias outras características guerreiras (KEEN, 2005, p. 13). Um *ethos*, uma conduta que os diferenciava ainda mais dos que não lutavam (FLORI, 2005, p. 13-15).

Os equipamentos, a fortaleza, e o sustento dos vassalos, como o sabemos, eram custosos. Não foram poucos os suseranos que começaram a utilizar da rapina e dos saques para adquirirem os bens necessários para manterem suas posições, como nos mostram vários relatos do século XI. E, um dos alvos preferidos por esses guerreiros eram os mosteiros, igrejas e abadias da Igreja Católica, fortalecidos com o anterior patronato de Carlos Magno e seus sucessores. Mas o Cristianismo, mesmo atacado, teria uma importante influência sobre a mutação da cavalaria.

Como, no entanto, se deu essa influência cristã? Não estavam os religiosos sob o jugo dessas espadas que os atacavam, afinal? Como poderia, ademais, uma mensagem de paz conforme pregada por Cristo e seus seguidores influenciar homens tão acostumados à violência, a

ponto de esta ser característica de sua linhagem, tradição familiar, e mesmo fonte de sua honra e glória? Quando de seu surgimento e aparição no Império Romano, o Cristianismo fora praticado com um ideal de pacifismo extremo. São inúmeros os mártires cristãos do início do primeiro milênio que, forçados a lutar por imposição das leis romanas ou por defesa própria, recusavam-se, preferindo morrer a fazer o mal a qualquer outro homem. É o caso, por exemplo, de São Maximiliano (DU PUY DE CLINCHAMPS, 1965, p. 23). Entretanto, quando o Império Romano adotou o cristianismo como sua religião oficial em 391 d.C., este se tornou a fé de incontáveis cidadãos romanos, inclusive dos soldados.

Embora os religiosos aceitassem o papel dos soldados romanos como defensores e executores da justiça no Império, a conversão causaria um distanciamento entre os cristãos preocupados com a “massificação” da fé e o recém-convertido cuja crença talvez fosse apenas superficial. O misticismo e o ascetismo encontrariam uma ascensão nesse período: surgiram os monges, homens que buscavam viver a fé sem mácula (e se autodenominavam *militēs Christi*, soldados de Cristo, que praticavam a *militia Dei*, o empenho religioso). Eles existiriam em oposição a todos aqueles que ainda viviam no pecaminoso e mundano mundo, ou seja, os que continuavam a *militia huius saeculi*. (CARDINI, 1989, p. 59).

Durante longo tempo, os religiosos mantiveram sua postura contra todo tipo de violência, e eram ágeis em condenar as guerras e os excessos dos guerreiros. Isso não significava, entretanto, que a Igreja não compreendia a necessidade desses *pugnatores*, desses *miles*, afinal, desses combatentes, num mundo onde “bárbaros” ameaçavam destruir Roma, o Império Romano e o Cristianismo. Era necessário impedir que os violentos levantassem a espada contra os que não podiam empunhá-la, ou pelo menos encontrar outros que podiam lutar para defender os pacíficos.

A Igreja, lenta mas inexoravelmente, esforça-se então em ampliar a conversão, principalmente dos líderes, reis e imperadores. Não apenas para propagar seu pensamento, dever religioso do pregador e do missionário: fazia-o também para garantir a própria sobrevivência. Afinal, esses senhores protegeriam os que não podem portar armas, os *paupere*, ou seja, os pobres, os fracos, e os oprimidos, figurando entre eles os religiosos, os órfãos, as viúvas, os mercadores, os trabalhadores do campo, entre outros<sup>5</sup>.

E não apenas a conversão dos líderes romanos, como também mesmo os povos “bárbaros”, principalmente após a diminuição do poder do Império Romano. O rei franco Clóvis foi um dos primeiros entre os povos bárbaros a se converterem, o que levou ao cristianismo de Carlos Magno, Imperador do Império Franco já mencionado, e seu patrocínio e defesa da Igreja Católica. Isso demonstra o quão bem sucedido foi esse método de conversão pela persuasão.

Entretanto, os novos adeptos “bárbaros” ainda mantinham muitos de seus costumes anteriores, apesar dos protestos dos clérigos. Os guerreiros ainda mantinham sua busca pela glória na guerra, o bom nome, a honra, a lealdade ao seu líder acima de outras lealdades. Isso provocaria ataques, mesmo de líderes convertidos (pode-se discutir também a sinceridade ou a profundidade de tais conversões, claro), aos bens e pessoas da Igreja, ou os quais a Igreja gostaria de proteger (viúvas e órfãos são figuras marcantes na Bíblia cristã, e alvos preferenciais de ajuda). Em resposta a tais ataques, os religiosos excomungavam os ofensores, bem como exortavam aqueles guerreiros sob os quais tinham influência para impedir tais ataques. Cada vez mais se infundia à moral destes guerreiros estes deveres adicionais, de ajuda, proteção e luta pela Igreja e pelo povo cristão.

Assim, a Igreja reconhece o papel dos que empunham a espada para protegê-la e proteger aos outros. Embora a violência seja abominada, e existam muitos relatos denunciando senhores da guerra que atacavam igrejas, mosteiros e vilas indefesas, com essa mudança de postura a Igreja reconhece a necessidade da utilização de armas nesse período. Numa sociedade permeada

pelo sentimento religioso, o reconhecimento da profissão de armas, na mente dos cavaleiros, é um sinal de que eles podem continuar sendo guerreiros e ainda assim conseguirem alcançar o Reino dos Céus. O uso da violência não estava, assim, de todo banido, relegado apenas aos selvagens e pecadores, sendo possível quando a causa fosse correta, justa e necessária, conforme determinado pela Igreja.

Essas novas noções do papel do cavaleiro, do *miles*, na sociedade europeia cristã irão influenciar fortemente essa que acabaria se tornando uma de suas classes dirigentes. A Europa encontra-se cercada por povos hostis e infiéis. A Península Ibérica está nas mãos dos muçulmanos; Jerusalém, também se encontra na mão desses infiéis; do norte, os vikings e normandos atacam sem piedade; no leste, inúmeros povos mais, violentos, se aproximam. Contra eles, os guerreiros são abençoados para defender suas terras desses homens – de fato, com sua violência contida pelas *Pax Dei*<sup>6</sup> e *tregua Dei*<sup>7</sup>, para dar vazão a seus ímpetos e desejos, é melhor que a ação militar seja direcionada contra esses inimigos da Fé, conforme o pensamento da Igreja Católica. Carlos Magno é, ainda, o exemplo principal – havia sido o maior Imperador Cristão da Europa pós-Romana, e através de suas lutas expandiu a fé católica aos outros povos, convertendo-os pela força, se necessário (KLEINSCHMIDT, 2009, p. 89-90).

Não é de se estranhar, portanto, que com esse pensamento, a Primeira Cruzada seja anunciada em 1095, em ajuda ao Império Bizantino, também cristão (embora ortodoxo). O novo Cavaleiro, o novo *miles Christi* (denominação esta que antes designava os monges), aquele guerreiro que alcançará o reino de Deus, é aquele que luta pela fé, para protegê-la e espalhá-la. Surge o ideal do cavaleiro justo e forte, tão conhecido de nossos romances de cavalaria. Ele deve deixar a busca da vã-glória do mundo, seja concorrendo em torneios (que começavam a surgir e se espalhar), seja lutando contra seus irmãos. Ele deve agora propagar a fé para as terras que pertenciam ao antigo Império Romano e cristão, onde habitam os infiéis. Matar um pagão ou um infiel era ainda algo terrível, e a conversão deste era obviamente preferida, mas se esse pagão ou infiel ameaçava alguma vida ou a verdadeira Fé, o guerreiro não era manchado pelo pecado ao retirar-lhe a vida – ele não estaria cometendo um homicídio, mas um malicídio, ao impedi-lo de continuar a fazer o mal. Propagar a fé na Cruzada, libertar a Terra Santa, chega mesmo a ser um meio de expiar-se dos pecados sob tal ótica. Posto isso, com sua profissão pela Igreja reconhecida e com uma moral própria de proteção da sociedade e da fé cristã, a cavalaria sai fortalecida e diferencia-se dos outros grupos. Ela adquire um ideal que a norteará até a sua derrocada, ideal esse que diferencia sua função no mundo daquela função que pertence ao religioso ou ao trabalhador.

Concomitante a todos esses fatores, chega ao fim o Império Franco. Em sua divisão em partes menores, muitos Cavaleiros se tornaram poderosos suseranos e senhores, graças às terras conquistadas pela luta, concedidas pelos antigos reis, ou herdadas de seus familiares. Era cada vez mais inegável que esses homens governassem os outros numa época onde governar era proteger, e a extensão do controle de um senhor era a extensão de sua força. Mesmo o pensamento teológico parecia concordar com a idéia de que os homens guerreiros haviam sido designados por Deus para governar a terra, nascendo em famílias abastadas e sendo juízes e líderes.

De fato, é durante o século XI que começa a se cristalizar a sociedade tripartida, que consistia de *oratores* (os que rezavam pela salvação das almas e lutavam contra os inimigos sobrenaturais, os demônios), *laboratores* (os que trabalhavam para alimentar e vestir os outros, base da sociedade) e *bellatores* (os que lutavam contra os inimigos terrenos para proteger os que rezavam e os que trabalhavam). Essa aceitação do grupo de cavaleiros como classe dirigente (juntamente com a classe religiosa) certamente não diminuiu o sentimento de auto-afirmação, e a

cavalaria se identificaria irremediavelmente com o conceito de nobreza. Na Alta Idade Média, qualquer guerreiro montado era um cavaleiro, mas as ações desse grupo de bravos combatentes os tornaram dignos de receberem feudos. Assim eles se tornaram dirigentes (ou ao menos participantes da administração e representantes do rei) da sociedade. Além disso, sendo a Idade Média um período com muitos combates, os reis e os nobres também tinham que ser guerreiros a cavalo.

Quando a força da realeza se enfraqueceu, os senhores feudais ganharam poder: suas áreas de influência, nesse mundo violento, eram o alcance da força de seus braços, e sem o poder real eles puderam expandir suas conquistas. Para ter tal força, para se tornar cavaleiro e pagar pelo treinamento e equipamento (cada vez mais caro), eram necessárias riquezas consideráveis, que agora se encontravam apenas nas mãos desses homens. A chance de um homem que não era descendente de cavaleiros ou de nobres tornar-se um cavaleiro (e, portanto, um nobre) diminuía conforme todo nobre se tornava cavaleiro e todo cavaleiro era agora um tipo de nobre. Essa situação só era contornável em exceções especiais, como o título de cavaleiro concedido pelo rei por causa de grande demonstração de valor ou por outros motivos válidos, mas essas situações eram cada vez mais raras.

Jean Flori apresenta um esquema interessante, onde demonstra a associação entre cavalaria e nobreza (FLORI, 2005, p. 120). Até o século X, existia apenas a nobreza, enquanto os cavaleiros, os *miles*, eram apenas guerreiros. Ser um cavaleiro não tinha qualquer influência sobre a condição de nobreza de alguém: era apenas uma forma de combater, utilizando um cavalo e certas armas e armaduras. A partir do século X, entretanto, o cavaleiro passou a ser reconhecido como membro da nobreza, e esta, por sua vez, tornou-se parte dos quadros da cavalaria.

Dessa forma começou o processo de elitização da cavalaria. Possuidores de capacidade fática e teórica para a proteção e liderança mundana dos homens, esses fortes *miles* aumentaram seu poder, adquirindo-o ao herdá-lo de seus antepassados, administrando as terras que lhes pertenciam, e aprendendo os valores cristãos que os levariam à *finesse* da antiga aristocracia. Realmente, a partir do séc. XI, e seguramente no séc. XII, a capacidade de entrar para a cavalaria já era reservada apenas àqueles que demonstrassem ser descendentes de cavaleiros, impedindo-se a adesão do *rustici*, ou seja, de homens que não fossem de origem nobre. Cada vez mais, então, ser cavaleiro significaria ser nobre, e dirigente da sociedade.

### Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

CARDINI, Franco. *O guerreiro e o cavaleiro*. In: LE GOFF, Jacques. *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DU PUY DE CLINCHAMPS, Philippe. *História Breve da Cavalaria*. Lisboa: Editorial Verbo, 1965.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 2 v.

FLECKENSTEIN, Josef. *La caballería y el mundo caballeresco*. Madrid: Siglo Veintiuno, 2006.

FLORI, Jean. *A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras, 2005.

GARCÍA FITZ, Francisco. *La Edad Media: guerra e ideología (justificaciones religiosas y jurídicas)*. Madrid: Silex, 2003.

HALPHEN, Louis. *Carlos Magno y el Imperio carolingio*. Madrid: Akal, 1992

KEEN, Maurice (Ed.) *História de la guerra en la Edad Media*. Madrid: A. Machado Libros, 2005.

KLEINSCHMIDT, Harald. *Comprender la Edad Media: la transformación de ideas y actitudes en el mundo medieval*. Madrid: Akal, 2009.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Estampa, 1993.

MORSEL, Joseph. *La aristocracia medieval: el dominio social en Occidente (siglos V- XV)*. València: Universitat de València, 2008.

PRESTAGE, Edgar (Ed.). *A cavalaria medieval: ensaios sobre a significação histórica e influência civilizadora do ideal cavaleiresco*. Porto: Livraria Civilização, s. d.

TÁCITO, Cornelio. *Germania*. Madrid: Editorial Gredos, 1999.

- 
1. Sobre a periodização da História Medieval, veja-se: REIS, J. E. Introdução ao estudo da história medieval. In: GIMENEZ, J. C.; REIS, J. E. *História Medieval I: das invasões bárbaras ao feudalismo*. Maringá. Eduem, 2010, p. 11-29.
  2. Lança de madeira, leve e manejável, com ponta de ferro.
  3. A *broigne, bruine*, ou bruina, é a armadura da época, e começa a tornar-se muito custosa. Consistia de um camião de couro reforçado com anéis de ferro costurados por cima para melhor defesa.
  4. No século X, a armadura de cota de talas tornava-se a preferida dos cavaleiros. Uma evolução da bruina era feita de placas de metal rígidas, ao invés dos anteriores anéis, costuradas sobre a armadura de couro, de forma que as placas estavam muito mais próximas umas das outras.
  5. O nome *paupere*, que remete ao nosso “paupérrimo”, muito pobre, não se refere à sua situação econômica nessa época, e sim a sua capacidade de portar armas – embora ambas estejam de certa forma ligadas, visto que, como mencionado, as armas eram custosas.
  6. O movimento *Pax Dei* consistia em uma proclamação durante os tempos de guerra que concedia imunidade a pessoas que fossem incapazes de lutar, os já mencionados *pauperes*, sob pena de excomunhão para qualquer guerreiro que ferisse tais indefesos.
  7. O movimento da *tregua Dei* estabelecia que, da noite da quinta-feira até a manhã de segunda-feira (em memória do tempo da Paixão e Ressurreição de Cristo), bem como durante os feriados e épocas religiosas (Natal, Páscoa, Quaresma, Pentecostes, etc), era proibida a declaração de guerras e lutas “fratricidas” entre os cristãos, isentando-se apenas determinados tipos de guerras justificadas, bem como a defesa própria.